



Ministério havia desaconselhado a aplicação de vacina contra a covid-19 no público de 12 a 17 anos, após a morte de uma jovem em São Paulo. Porém, estudos mostraram que o caso não teve nenhuma relação com a aplicação do imunizante

# Saúde recua na proibição de vacinar adolescentes

» RAPHAEL FELICE

O Ministério da Saúde voltou atrás na suspensão da vacinação de adolescentes de 12 a 17 anos sem comorbidades contra a covid-19. Na quinta-feira da semana passada, o ministro Marcelo Queiroga — que cumpre quarentena em Nova Iorque após ter sido diagnosticado com a doença — provocou enorme confusão no país ao recomendar a suspensão da imunização desse grupo, usando como justificativa a morte de uma adolescente após ter tomado o imunizante da Pfizer, único que possui registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para aplicação em menores de idade. A recomendação, no entanto, foi ignorada pela maioria dos estados e capitais, que continuaram a vacinar a população mais jovem.

Segundo o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz, a pasta reviu a decisão após a análise de três estudos sobre a possível relação da vacina com a morte do adolescente paulista: um do Centro de Vigilância Epidemiológica do estado, realizado no dia seguinte ao ocorrido; um da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em parceria com o próprio Ministério da Saúde; e um relatório da Pfizer. A conclusão, segundo o secretário, foi de que os “os benefícios da vacinação são maiores do que eventuais riscos e eventos adversos de sua aplicação”.

Além disso, um comitê formado por integrantes da Anvisa e da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) confirmou que a morte da jovem de 16 anos, moradora do ABC Paulista, não teve qualquer relação com a vacina.

Logo após anunciar a proibição, Queiroga admitiu que tomou a decisão após ouvir do presidente Jair Bolsonaro preocupações sobre os efeitos da vacinação em adolescentes. No dia seguinte, um diagnóstico assinado por 70 especialistas concluiu que a jovem era portadora de uma doença autoimune, gra-

Ed Alves/CB/D.A Press



Fila para vacinar adolescentes no Guará: estudos científicos comprovaram que benefícios da imunização superam, em muito, os eventuais riscos



**Comparando tudo o que foi aplicado, mesmo com esses supostos erros de imunização, é um percentual muito baixo. Então, hoje o ministério não suspende mais de forma cautelosa a imunização em adolescentes sem comorbidades**

Rodrigo Cruz, secretário executivo do Ministério da Saúde

ve e rara, conhecida como Púrpura Trombótica Trombocitopênica (PTT), e que não havia qualquer “relação causal” entre o óbito e a vacina. A análise recebeu o aval da Anvisa na segunda-feira, que classificou os dados como “consistentes e bem documentados”. Na sexta-feira, Queiroga reconheceu que o caso da jovem não seria motivo para suspender a vacinação. Mesmo assim, a orientação contrária à aplicação da vacina só foi revogada ontem à noite.

Em entrevista, o secretário Rodrigo Cruz reiterou que outro motivo para suspender a vacinação foram registros de adolescentes que teriam recebido vacinas não aprovadas pela Anvisa. Segundo ele, esse percentual é de apenas 0,7% do público

considerado. Cruz afirmou também que pasta vai fazer um levantamento junto aos estados para checar se os registros de aplicações de vacinas foram erros de digitação ou se vacinas da Jansen, Astrazeneca ou Coronavac foram aplicados em adolescentes. Caso algum jovem tenha tomado outra vacina, que não a da Pfizer, ele deve ser acompanhado pelas autoridades de saúde.

## Precipitação

“Comparando tudo o que foi aplicado, mesmo com esses supostos erros de imunização, é um percentual muito baixo. En-



to, hoje o ministério não suspende mais de forma cautelosa a imunização em adolescentes sem comorbidades”, disse o secretário. De acordo com Rodrigo Cruz, não houve “precipitação” do Ministério da Saúde ao orientar a suspensão, uma vez que o óbito é considerado “efeito adverso grave”, e a pasta preferiu agir com cautela. Ele ainda citou que a mesma medida foi tomada quando houve o óbito de uma gestante recém-imunizada com a AstraZeneca.

Apesar de ter voltado atrás, o Ministério da Saúde recomendou que adolescentes com comorbidade, adultos que ainda

## » Brasileiros valorizam vacina

O Brasil é o país que mais valoriza a imunização entre oito nações estudadas em um levantamento global feito pelas empresas GSK e Kantar. Segundo o estudo, o índice de brasileiros que consideram importante manter a vacinação em dia ficou em 83%. A vacinação é valorizada por 67% dos canadenses; 65% dos italianos; e 64% dos japoneses, informou a Agência Brasil. A pandemia de covid-19 aumentou a valorização da vacinação entre os brasileiros. Antes da pandemia, 59% deles consideravam importante manter essa prática em dia, percentual que pulou para 83% após a chegada do novo coronavírus. Entre os brasileiros ouvidos, 49% defendem mais informações sobre a imunização, com explicações sobre quais vacinas são recomendadas pelas autoridades de saúde, por quais razões e com quais benefícios.

não tomaram a segunda dose e grupos-etários que precisam tomar uma dose de reforço, tenham prioridade na vacinação. Na entrevista, o secretário previu que todos os brasileiros devem ser imunizados até o fim do ano.

“A recomendação é que se proceda na imunização daqueles grupos mais vulneráveis. A população de 12 a 17 anos com deficiência permanente, com comorbidades e privados de liberdade devem ser priorizados na imunização de adolescentes. Reforço a necessidade de se seguir o Plano Nacional de Imunização (PNI). Se não tiver um esforço conjunto, além de dificultar a administração dos imunizantes, a gente não consegue avançar de forma conjunta em todo o país”, concluiu Rodrigo Cruz.

# Anvisa recolhe doses da Coronavac

» GABRIELA CHABALGOITY\*  
» BERNARDO LIMA\*

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) determinou o recolhimento de mais de 12 milhões de doses da vacina Coronavac contra a covid-19 que foram produzidas em uma fábrica da China que não foi inspecionada pelo órgão. A vacina é produzida pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantan.

A agência concluiu que os dados apresentados pelo laboratório chinês não comprovaram a realização do envasamento da vacina em condições satisfatórias e de boas práticas de fabricação.

Ao todo, 21,1 milhões de vacinas saíram de circulação, 12 milhões já estavam no país e outras 9 milhões em tramitação de envio. Na semana passada, o Instituto Butantan anunciou que as vacinas interditas serão substituídas. As primeiras 6,9 milhões de doses já foram entregues no dia 15.

As secretarias de Saúde de pelo menos 13 estados e do Distrito Federal confirmaram que receberam vacinas desses lotes e entraram em contato com os municípios para suspender a aplicação. O Ministério da Saúde não informou quantas doses dos lotes interditados foram aplicadas no país.

Apenas São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Tocantins divulgaram os seus números. Além desses estados, a Paraíba também confirmou ter aplicado parte das doses recebidas desses lotes, mas não informou quantas delas já foram aplicadas.

O governo de São Paulo diz ter aplicado 3,8 milhões de doses. No Rio, 1.206 pessoas foram vacinadas com doses da Coronavac de um dos lotes suspensos. Já no Rio Grande do Norte, foram aplicadas 21 doses, enquanto o governo do Tocantins afirma ter aplicado pelo menos 227 doses.

Evaristo Sa/AFP - 27/5/21



Segundo a Anvisa, o monitoramento das pessoas vacinadas é de responsabilidade do importador da vacina e do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

O presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas, afirmou que não há necessidade de revacinação das pessoas que receberam as doses interditas.

Ele também disse que o Butantan tem monitorado essas pessoas e nenhuma delas apresentou qualquer reação ou teve algum problema.

“Essas vacinas não têm problema de qualidade, isso está mais do que atestado. Aqui no Estado de São Paulo, em torno de 3 milhões de pessoas já rece-

beram (as doses) sem nenhum problema. É absoluta a tranquilidade do ponto de vista das pessoas que foram vacinadas com esses lotes”, disse em entrevista coletiva.

A Anvisa explicou que o importador da vacina tem a responsabilidade de inutilizar os lotes. “A forma de inutilização fica a cri-

## Segundo Dimas Covas, Butantan pode doar doses interditas da vacina para países da América Latina

tério do importador, podendo ser feita a devolução dos produtos à Sinovac ou a destruição”, diz a nota publicada pela agência.

Dimas Covas anunciou, que o Butantan fará o recolhimento das vacinas. O instituto enviará à Anvisa, até o final desta semana, o mapa de distribuição dos lotes interditados, mas não há, ainda, uma data para que elas sejam recolhidas.

Covas acrescentou que não descarta a possibilidade de doar as vacinas para países da América Latina. “Nós vamos aguardar, obviamente, para dar o destino adequado a essas vacinas, juntamente a Sinovac. Não estando descartado a possibilidade de doação dessas vacinas para países aqui da América Latina. É uma vacina que não tem problema de qualidade, isso já está mais do que atestado”, afirmou.

\* Estagiários sob a supervisão de Odail Figueiredo